

O PROEJA INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PRÁTICAS DOCENTES

Débora Suzane de Araújo Faria e Sandra Maria de Assis

IFRN

debora.faria@ifrn.edu.br - sandra.assis@ifrn.edu.br

RESUMO

Este artigo discute o trabalho docente para a educação de jovens e adultos fundamentado em pesquisa de pós-graduação “*Stricto Sensu*” intitulada “O PROEJA ensino médio- IFRN - Câmpus Caicó”- evasão e permanência. Parte do pressuposto que os ideários neoliberais influenciam na formulação das políticas públicas para a educação profissional, ocasionando novas exigências para o trabalhador docente. Nesse contexto, o PROEJA, precisa contar com docentes conscientes das necessidades do mundo do trabalho, numa perspectiva de formação e qualificação profissional, demandando ações educacionais fundamentadas em princípios epistemológicos que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais. Assim, o trabalho docente deve se desenvolver em um ambiente que lhe dê oportunidades de elaborar, gerir e executar propostas que possam provocar mudanças que atendam à especificidade do público da educação de jovens e adultos. Aborda a relação que deve existir entre a formação do educador e a construção sócio-histórico-cultural dos jovens e adultos, e conclui afirmando que as entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais devem investir no trabalho docente como compromisso real com a inclusão da população de jovens e adultos.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; educação; inclusão; PROEJA.

O PROEJA INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PRÁTICAS DOCENTES

1. INTRODUÇÃO

Enfrentar os dilemas da contemporaneidade implica para o trabalho docente uma reforma paradigmática que reconquiste sua legitimidade, favorecendo o diálogo entre o professor e os atores que fazem parte do processo educativo, os alunos.

Os desafios do século XXI – os ditames da globalização neoliberal - numa sociedade que exige cada vez mais mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho fez surgir, por meio de uma iniciativa inédita em nosso país, a possibilidade de integração de três áreas: o ensino básico, a educação profissional de nível técnico e a educação de jovens e adultos.

Nessa direção, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos - PROEJA objetiva oferecer aos jovens e adultos trabalhadores, oportunidades de escolarização que aliam a educação básica à educação profissional, rompendo, dessa forma, com políticas que se restringem “à questão do analfabetismo, sem articulação com a educação básica como um todo, nem com a formação para o trabalho, nem com as especificidades setoriais [...]” (BRASIL, 2006, p. 11)

Tal proposta acaba implicando em mudanças significativas para o trabalho dos docentes, haja vista que precisam atender às demandas advindas das políticas educacionais, sem que tenham uma formação compatível com tais exigências.

Neste sentido, o presente trabalho apresenta-se estruturado em duas partes; a primeira discute as políticas que nortearam a implantação do PROEJA nos Institutos Federais, bem como suas implicações políticas e pedagógicas no trabalho docente. A segunda parte apresenta um relato do percurso dessa modalidade no IFRN – Campus Caicó baseado nas experiências de alguns atores envolvidos no processo.

2. O DESAFIO DE INTEGRAR FORMAÇÃO BÁSICA À FORMAÇÃO TÉCNICA NO TRABALHO DOCENTE

A temática da Educação de Jovens e Adultos mostra-se em um processo de contínuas mudanças, na busca de aprimoramento e de novas alternativas de políticas públicas que incentivem o acesso dos jovens e adultos ao saber formal.

Busca-se converter a educação de jovens e adultos - compensatória e supletiva - em uma dimensão mais equalizadora e qualificadora, vinculada à educação profissional, numa perspectiva de integração entre a formação básica e a formação técnica.

Nesse contexto, os Institutos Federais assumiram a proposta do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e

Adultos - PROEJA, na perspectiva de atender ao público de jovens e adultos elevando a sua escolaridade com profissionalização e formação integral.

Através de um currículo integrador que versa sobre conteúdos do mundo do trabalho e da prática social do estudante, a proposta de integração pretende dar conta dos saberes de diferentes áreas do conhecimento.

Objetivando atender à demanda social por políticas públicas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, que possibilitem ações educacionais fundamentadas em princípios epistemológicos com um corpo teórico que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do estudante, o PROEJA pretende atender a essa clientela excluída tanto da oferta profissional técnica de nível médio, quanto do próprio Ensino Médio.

Importante salientar que os estudantes dessa modalidade possuem perfil diferenciado em relação à vivência e faixa etária, carregando um nível de aprendizagem representado por saberes gestados na sua prática social, que necessitam ser propostos nos conteúdos de cada disciplina. Partindo desse pressuposto, caberá ao professor motivar e estimular os jovens e adultos com vistas à sua permanência em sala de aula, contextualizando os conteúdos de aprendizagem com a sua realidade de vida.

Santos (2007), num estudo acerca da permanência de jovens e adultos no ambiente escolar, afirma que é importante pensar a condução do trabalho docente nas salas de EJA. Na sua concepção, se ratifica o fato de que recai sobre o trabalho docente a responsabilidade de criar uma dinâmica, uma linha metodológica que motive o aluno.

Baseando-se nisso, a permanência do jovem e adulto na EJA estaria na responsabilidade dos docentes. Para o enfrentamento dessa questão é conveniente analisar as intenções políticas do programa.

Convém compreender quais políticas públicas são consideradas na formação do jovem e adulto, e que seu sucesso não recai somente na elaboração e execução do trabalho docente. Também requer compreender a importância do papel do Estado e da sociedade civil na elaboração e implementação dessas políticas, articulando os conflitos, reconhecendo suas necessidades no processo e na avaliação dos resultados.

Nesse sentido, a formação do jovem e adulto através do PROEJA perpassa pelo compromisso com o adulto cidadão a partir de políticas públicas exequíveis às suas necessidades e especificidades numa perspectiva de respeito ao direito público e subjetivo de jovens e adultos à educação fundamental, concretizados através da Constituição Federal de 1988.

O PROEJA é uma resposta do estado brasileiro às demandas por inclusão social, consequência dos embates em prol da necessidade de formação de mão-de-obra especializada para o trabalho, a sociedade, os políticos e os intelectuais envolvidos nessas discussões. No governo LULA materializou-se a integração da EJA à educação profissional,

através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos, através do Decreto 5.154/2004.

Contudo, essa integração foi gerida de forma aligeirada, e os antigos CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica, atuais IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia implantaram o PROEJA em suas redes de educação passando a ofertar, além dos cursos técnicos de formação básica integrada ao ensino médio, a modalidade EJA.

Os professores que já lecionavam nas turmas dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada e na forma subsequente foram incorporados ao PROEJA. Tal ação ocasionou certo estranhamento e a necessidade de conhecer a dinâmica dessa modalidade.

Muitos problemas afetam a educação de jovens e adultos no Brasil: as campanhas assistencialistas, a descontinuidade de políticas públicas, o aligeiramento da formação acadêmica e a falta de capacitação do professor para ministrar aulas na EJA.

Apesar disso, o PROEJA se constitui como uma possibilidade de inserção de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica e à formação profissional, na perspectiva de uma formação integral. Essa integração, por sua vez, parte de um projeto educativo que vai “além de segmentações e superposições que tão pouco revelam das possibilidades de ver mais completamente a realidade”. (BRASIL, 2006, p.30).

O grande desafio para a educação de jovens e adultos e para o trabalho docente é superar a perspectiva assistencialista e compensatória arraigada nas políticas públicas para o atendimento de jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade regular. Isso implica ressignificar a política de formação de jovens e adultos no âmbito da sua formação profissional levando em consideração também o trabalho desenvolvido pelos docentes na modalidade EJA.

3. UM CORPO ESTRANHO NO IFRN: A EXPERIÊNCIA DO PROEJA NO CAMPUS CAICÓ

O PROEJA no campus Caicó foi implantado no segundo semestre de 2009, mesma época em que a escola foi inaugurada. Naquela ocasião seu corpo docente era quase todo formado por professores que estavam adentrando nesse universo da educação profissional. Embora boa parte já tivesse experiência anterior com o trabalho docente, poucos haviam trabalhado com educação de jovens e adultos. Alguns deles nem sequer tinham experiência anterior com a docência, posto que, recém-saídos da graduação, foram aprovados em concurso público ingressaram nas salas de aulas com muitas expectativas e nenhuma formação docente específica para educação profissional, visto que esta não é oferecida pelas instituições formadoras.

De acordo com documentos arquivados na Coordenação de Registros Acadêmicos do Câmpus Caicó, foram matriculados 180 alunos no PROEJA, distribuídos nos cursos técnicos de nível médio integrado em Eletrotécnica e Informática.

Embora não seja simples traçar um perfil desses educandos, observamos que a maioria apresentava um perfil diferenciado dos demais alunos da instituição. Conforme relatório socioeconômico da Assistência Estudantil, constatamos que eram, em sua maioria, egressos de escolas públicas, onde cursaram o ensino fundamental em condições precárias.

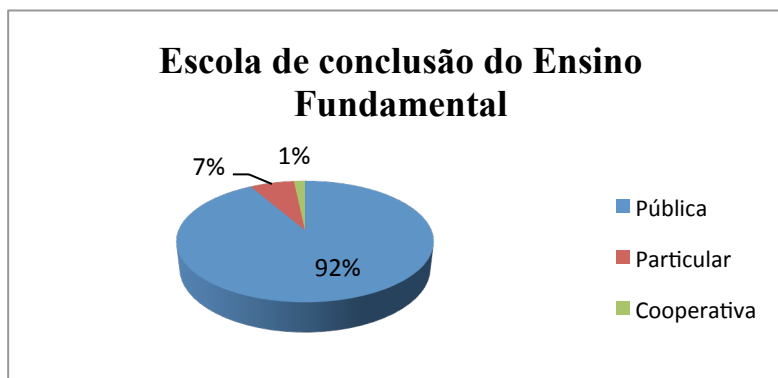


Figura 1 - Arquivo da Assistência Estudantil – IFRN – Campus

No que se refere à conclusão do ensino fundamental, 92% declarou ter concluído em escola da rede pública de ensino e 62% antes do ano de 2004, isto é, um intervalo de no mínimo seis anos até o ingresso no ensino médio. Dentre as razões que os levaram a parar de estudar: 72% afirmou ter sido por motivo de trabalho e 12% por desinteresse pessoal.

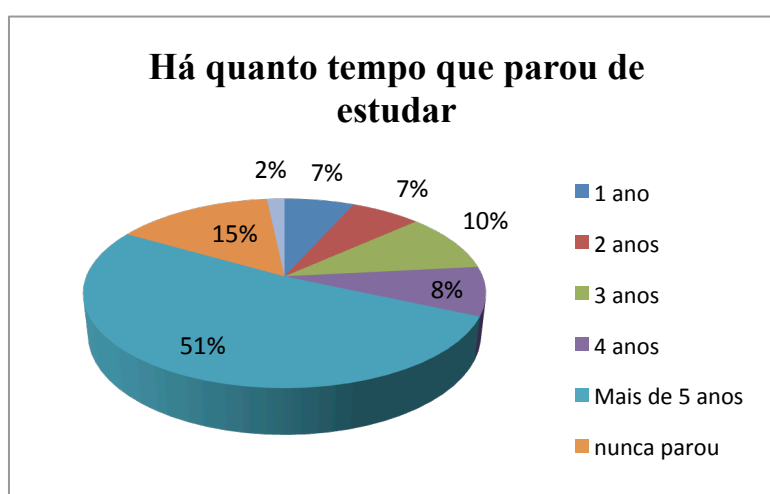


Figura 2 - Arquivo da Assistência Estudantil do IFRN - Campus Caicó

Alguns já haviam deixado a escola há muitos anos e buscaram o PROEJA do IFRN com a finalidade de obter uma formação profissional. Outros diziam que precisavam continuar os estudos, que precisavam de mais conhecimentos. Quase todos trabalhavam e alegavam dispor de pouco tempo para se dedicar aos estudos, no entanto, afirmavam seu esforço para conseguir concluir o curso. Com relação à motivação pela escolha do IFRN, a maioria afirmou (53%) ter vindo estudar na instituição por esta oferecer ensino de qualidade, seguido por 33% que destacou a qualificação para o mercado de trabalho.

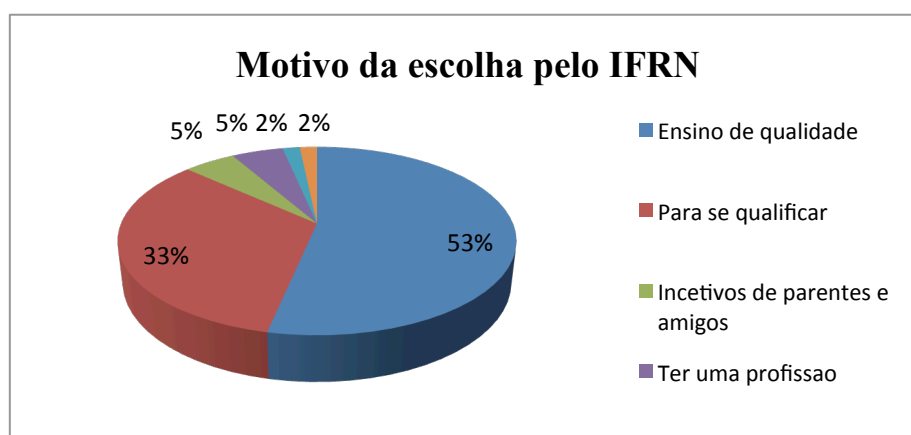


Figura 3 - Arquivo da Assistência Estudantil do IFRN - Campus Caicó

Á luz dessas considerações é importante refletirmos sobre os fatores que determinam o interesse e a motivação para aprender. Fita (1999, p. 77) assevera “que é um conjunto de variáveis que ativam a conduta e a orientam em determinado sentido para poder alcançar um objetivo”. Por isso, a motivação humana é um determinante das condições materiais de existência do homem; que contribuem, entre outros aspectos, para as oportunidades educacionais e profissionais.

Conforme Solé (2006) o processo de aprender pressupõe uma mobilização cognitiva desencadeada por um interesse e por uma necessidade de saber. Ao mesmo tempo em que aprendemos estamos forjando nossa forma de ver-nos, de ver o mundo e de nos relacionarmos com ele.

Em relação aos cursistas do EJA, era visível que trabalhar com aquela clientela diferenciada demandaria a mobilização de recursos e saberes pedagógicos igualmente diferenciados. Que apenas replicar a grade curricular dos cursos integrados e adequá-las a carga horária da EJA, como estava posto, não seria suficiente.

Conforme Ramos (2010, p.66) a integração entre educação básica e educação profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos é uma política de governo, implementada por meio do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o qual foi instituído, no âmbito federal, pelo Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006.

Essa proposta, considerada uma experiência inovadora, não conseguiu romper com a organização dos conteúdos “fundamentada em uma concepção de conhecimento rigorosamente formalizada (...) que ao construir seu próprio campo, se automatizava, desvinculando-se das demais e perdendo o seu vínculo com as relações sociais e produtivas”. (KUENZER, 2005, p.07)

Passada a euforia inicial, logo vieram os problemas. A clientela não correspondia aos esforços dos docentes preocupados em ministrar os conteúdos e proporcionar aos seus alunos a formação de excelência, marca centenária da instituição. Os alunos alegavam muitas razões para não estarem acompanhando satisfatoriamente o curso: as dificuldades de aprendizagem e de conciliar o trabalho com os estudos; criticavam a metodologia dos professores afirmando que estes não associavam a teoria com a prática.

Avaliando o relato dos professores na pesquisa sobre “evasão e permanência no PROEJA do IFRN – Câmpus Caicó” é possível compreender que, ao invés de um trabalho integrado entre as disciplinas da área propedêutica com as disciplinas da área técnica, o que vem acontecendo na prática é a fragmentação do conhecimento básico versus o conhecimento técnico; não existindo a integração na prática; o que demonstra a não compreensão dos professores da perspectiva de integração assumida pelo PROEJA.

Quando esses citam a integração das disciplinas é perceptível que associam o sentido de integrar com o de associar os conhecimentos específicos de sua disciplina com as vivências dos sujeitos da EJA pois, de acordo com o professor da área propedêutica: “Associo os conteúdos de análise combinatória, probabilidade e estatística com aplicações práticas da vida cotidiana dos alunos”. Não há em sua fala a concepção de que para acontecer a integração, a disciplina que leciona deve, além de associar-se à vivência dos educandos, partir de um objetivo e de um planejamento conjunto dos conteúdos, priorizando a unidade do trabalho pedagógico em prol da formação omnilateral dos sujeitos.

Em face dessa compreensão que dicotomiza a formação geral e a formação técnica e, resiste, portanto, aos processos de mudanças estruturais demandadas pelo PROEJA, Kuenzer (2005) assevera que:

o trabalho pedagógico, enquanto conjunto das práticas sociais intencionais e sistematizadas de formação humana que ocorrem nas relações produtivas e sociais, embora expresse em parte a concepção de trabalho em geral porquanto se constitui em uma das formas de construção material da existência através da reprodução do conhecimento, não deixa de se constituir, no capitalismo, em uma das suas formas de expressão. (KUENZER, 2005, p. 05)

Nesse sentido, a prática dos professores vem expressar as contradições em torno da compreensão da formação humana integral pretendida para o PROEJA; o que vem demonstrar que esses estão formando os alunos através do disciplinamento para a vida social e produtiva, o que corrobora com as especificidades dos processos de produção (KUENZER, 2005).

Os professores, por sua vez, angustiavam-se com os resultados e atribuíam o fracasso desses alunos a falta de conhecimentos básicos que deveriam ter sido obtidos no ensino fundamental, como também ao pouco comprometimento dos mesmos com as atividades escolares.

Constatamos que ao iniciar o curso, professores, alunos e escola tinham expectativas divergentes. Provavelmente tais expectativas decorressem do desconhecimento que todos, aparentemente, tinham da realidade do PROEJA.

O PROEJA como modalidade de ensino, tem como principal referência a inclusão social emancipatória. Conforme os teóricos, Frigotto (2005), Ramos (2010), Kuenzer (2005), entre outros, que se debruçam sobre o tema, sua proposta educativa inclui o desafio de construção de estratégias pedagógicas que dê aos alunos condições de, não só se inserir no mercado de trabalho, mas também fazê-lo com qualidade, possibilitando-lhes as condições de viver dignamente como qualquer cidadão mediante uma formação humana integral.

O Projeto educacional do PROEJA se funda na “integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condição necessária para o efetivo exercício da cidadania.” (DOCUMENTO BASE, 2006, p.01)

Os jovens e adultos que buscam o PROEJA, o fazem movidos pela necessidade de obter uma qualificação que permita sua inserção no mercado de trabalho, embora de acordo com o Documento-Base (2006), o objetivo do programa vá além disso. Essa formação parte do princípio de que o estudante tenha acesso ao mesmo tempo aos saberes e conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade, integrados à formação profissional que o conscientize a compreender e compreender-se no mundo, buscando melhorar as condições de sua existência e em prol da construção de uma sociedade justa.

No caso específico do PROEJA do Instituto Federal do Rio Grande do Norte são ofertados cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio na modalidade EJA. Essa proposta prevê um esforço enorme para adequar essa instituição, cuja identidade foi construída com a formação de técnicos de nível médio de excelência para o mercado de trabalho, a uma modalidade que, embora exista em outras escolas, é totalmente nova no IFRN, sendo oferecida apenas em alguns campus do interior.

De início constatamos um fato curioso, mas perfeitamente compreensível. O IFRN que sempre se destacou como um celeiro de formadores de bons técnicos, também nunca se furtou a dar aos estudantes dos cursos técnicos de nível médio uma formação propedêutica satisfatória, comprovada anualmente nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dos vestibulares das Universidades Públicas. Apesar de atender satisfatoriamente a proposta dos cursos técnicos integrados a escola demonstra ainda não estar preparada para abarcar a modalidade PROEJA.

Para tanto, seria necessário uma grande mobilização de seus quadros docentes no sentido de se adequar ou pelo menos ter clareza do significado dessa modalidade. De acordo com Kuenzer (2008, p. 31-32) seriam pelo menos três dimensões a ser consideradas nessa (re)formação dos docentes: a primeira seria conhecer o mundo do trabalho a partir da apreensão do caráter de totalidade das relações sociais e produtivas: a segunda seria a

clareza de qual educação profissional é pretendida e a terceira ter conhecimento pedagógico que lhe permita elaborar uma pedagogia do trabalho adequada.

Conforme Ramos (2010) a educação tecnológica deve estar articulada a um projeto de desenvolvimento estratégico, mas de nenhuma forma pode reduzir-se simplesmente a formadora de mão de obra rápida e barata para atender ao mercado de trabalho. Ela deverá estar comprometida com a redução das desigualdades sociais e com o desenvolvimento socioeconômico como também estar vinculada com a educação básica e com a escola pública de qualidade.

Em relação ao PROEJA a visão reducionista de que a educação profissional volta-se para a empregabilidade precisa ser combatida uma vez que é preciso preparar esse educando, que tem características bastante singulares, para que adquira uma compreensão mais ampla do trabalho como princípio educativo a fim de formá-lo como ser político e produtivo.

Infere-se que além da formação profissional esses jovens trabalhadores precisam ter acesso à cultura, daí a importância de uma educação básica sólida. Para que tal propósito seja alcançado a Escola precisa ter um projeto coerente com as especificidades desse público.

No caso específico do IFRN esse projeto ainda não foi construído. O PROEJA foi implantado como um “corpo estranho” com uma adequação da matriz e da carga horária dos cursos técnicos integrados com prejuízo de carga horária de algumas disciplinas.

Uma queixa recorrente entre os docentes diz respeito aos materiais didáticos. Assim como a grade curricular é a mesma dos cursos técnicos integrados, os livros didáticos e o programa de conteúdos também são os mesmos, o que obriga o professor a fazer certas adequações, uma vez que a carga horária é reduzida.

A realidade que ora temos leva-nos a concordar com Oliveira (1999) quando afirma que

os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem, embora não possamos desconsiderar, a esse respeito, fatores de ordem socioeconômica que acabam por impedir que os alunos se dediquem plenamente a seu projeto pessoal de envolvimento nesses programas (p. 62).

Quando questionados sobre suas dificuldades de aprendizagem os alunos invariavelmente alegam que o trabalho os impede de se dedicar mais aos estudos, mas também culpabilizam os professores que, segundo eles, não se sensibilizam com a sua situação, que são muito exigentes, que os inferiorizam afirmando que eles não são capazes de aprender por que não chegaram à escola com a “bagagem” necessária para prosseguir.

As falas dos alunos e professores indicam que não há conexão entre o que o programa propõe-se a oferecer, o que os alunos esperam e o que os professores aplicam.

Conforme Moura (2012) o Decreto nº 5478/2005 que criou o PROEJA determinou que a partir de 2006, fossem destinadas 10% das vagas de todas as instituições federais de educação profissional ao ensino médio integrado na modalidade EJA. Esse fato trouxe

algumas dificuldades para a efetiva implantação do ensino médio integrado, tendo em vista que não havia uma atuação sistematizada da rede federal de educação profissional na modalidade EJA, tampouco um quadro docente formado especificamente para atuar no PROEJA; “nem experiência e conhecimentos acumulados que permitissem a construção de um currículo integrado para jovens e adultos em um curto espaço de tempo.” (MOURA, 2012, p.8).

É urgente a necessidade de promover uma transformação nesse quadro e possivelmente essa transformação passe necessariamente pela formação continuada dos docentes e por uma mudança no olhar que estes têm em relação a si mesmos como docentes, aos seus alunos e a modalidade EJA. Nesse sentido Arroyo assegura que

o foco para se definir uma política para a educação de jovens e adultos e para a formação do educador da EJA deveria ser um projeto de formação que colocasse a ênfase para que os profissionais conhecessem bem quem são esses jovens e adultos, como se constroem como jovens e adultos e qual a história da construção desses jovens e adultos populares. Não é a história da construção de qualquer jovem, nem qualquer adulto. São jovens e adultos que têm uma trajetória muito específica, que vivenciam situações de opressão, exclusão, marginalização, condenados à sobrevivência, que buscam horizontes de liberdade e emancipação no trabalho e na educação (2006, p.23).

Constata-se que conhecer as realidades específicas desses alunos constitui-se numa prioridade, mas nem sempre é algo possível para os professores por muitas razões já abordadas nessa discussão.

Conforme o exposto acima, temos razões para acreditar que o PROEJA no campus Caicó, da forma como foi implantado e vem sendo desenvolvido estar longe de possibilitar inclusão. Urge uma tomada de decisão para modificar essa realidade que os números elevados da evasão nos apresentam. Junte-se a isso a consciência de que oferecer educação integrada é bem mais do que conjugar a oferta da educação básica com a educação profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do PROEJA integrado à educação profissional implica na adoção de novos saberes e práticas docentes. Essa integração da formação básica com a formação técnica representa um enorme desafio para a Escola, sobretudo para os docentes a quem se atribui maior responsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem.

A formação de jovens e adultos excluídos da educação básica como propõe o PROEJA só se justifica se a citada formação puder dar conta da inserção laboral e da inclusão social destes coletivos excluídos, proporcionando-lhes uma formação que não esteja centrada exclusivamente no mercado de trabalho, mas que o conceba como princípio educativo em que esteja contemplada a ciência, a cultura, a técnica, a tecnologia, a arte, enfim, saberes necessários ao pleno exercício da cidadania o que implicaria uma ressignificação da política de formação de jovens e adultos no âmbito de sua formação profissional.

Nesse contexto, é necessário considerar as realidades específicas da vida desses educandos, suas dificuldades de permanecer na escola, bem como outros fatores de ordem socioeconômica que os impedem de prosseguir, alimentando os altos índices de evasão e repetência.

A luta para modificar essa realidade passa necessariamente por políticas de formação docente específica para a modalidade EJA e por transformações estruturais no interior das escolas ofertantes. Passa, também, por uma construção identitária, tendo em vista que as escolas e os docentes precisam se reconhecer como formadores da EJA integrada à educação profissional.

Nesse sentido, acredita-se que, investir no trabalho docente dentro de um projeto nacional de desenvolvimento soberano, implica em um compromisso que as entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais devem ter com a inclusão da população de jovens e adultos em suas ofertas educacionais.

6. REFERÊNCIAS

1. ARROYO, M. G. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos.** Formação de educadores de jovens e adultos / organizada por Leôncio Soares — Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 64/2010, pelo Decreto n. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.
3. BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.** Brasília, DF, 2006.
4. FITA, E. C. **O professor e a motivação dos alunos.** In: TAPIA, J. A.; FITA, E. C. A motivação em sala de aula: o que é como se faz. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
5. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
6. FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita.** In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
7. KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997, 104p.
8. KUENZER, A.; CIAVATTA, M.; MACHADO, L. R. S. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica:** Brasília, 26, 27e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 304 p. – (Coleção Educação Superior em Debate; v. 8).
9. LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 7. ed. São Paulo: Loyola, 1984.
10. MOLL, J. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica no âmbito da legislação educacional brasileira e do ensino superior no Brasil:** Brasília, 26, 27e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 304 p. – (Coleção Educação Superior em Debate; v. 8).
11. MOURA, D. H. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008. Anual.
12. MOURA, D. H., HENRIQUE, A. L. S. **PROEJA: entre desafios e possibilidades.** HOLOS - ISSN 1807-1600, Natal: 2012. Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>>. Acesso em: 27 Mai. 2013.

13. OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. In. Dossiê: **“O trabalho docente no contexto latino-americano: algumas perspectivas de análise”**. Revista Educação e Sociedade, Campinas: v. 28 n. 99 Maio/ Ago. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br, acesso: 05/04/10.
 14. OLIVEIRA, M. K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1999.
 15. RAMOS, M. N. **Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional**. Revista Educação e Realidade. 35(1): 65-85 jan./abr. 2010
 16. SANTOS, M. A. M. T. **A produção do sucesso na educação de jovens e adultos**: o caso de uma escola pública em Brazilândia. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
 17. SOLÉ, I. **Disponibilidade para a aprendizagem e sentido da aprendizagem**. In: *Construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2006
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. João Batista Kreuch. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.